INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE

CAMPUS SÃO GONÇALO DO AMARANTE

PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

"QUE ROMPAM AS CORRENTES!": O JORNAL ABOLICIONISTA GAZETA DA TARDE (RJ) COMO FONTE PARA A PESQUISA E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

LUIZ GABRIEL DANTAS BEZERRA

SÃO GONÇALO DO AMARANTE/RN

MAIO/2025

LUIZ GABRIEL DANTAS BEZERRA

“QUE ROMPAM AS CORRENTES!”: O JORNAL ABOLICIONISTA GAZETA DA TARDE (RJ) COMO FONTE PARA A PESQUISA E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo) apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, como requisito parcial exigido para a obtenção do título de especialista em Educação e Contemporaneidade.

Orientador: Prof. Dr. Renato Marinho Brandão Santos

SÃO GONÇALO DO AMARANTE/RN

MAIO/2025

O sol há de brilhar mais uma vez
A luz há de chegar aos corações
Do mal será queimada a semente
O amor será eterno novamente
- Nelson Cavaquinho, Juízo Final (1973)

“QUE ROMPAM AS CORRENTES!”: O jornal abolicionista Gazeta da Tarde (RJ) como fonte para a pesquisa e para o ensino de história

Luiz Gabriel Dantas Bezerra[1]

Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN)

Renato Marinho Brandão Santos[2]

Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN)

RESUMO: O objetivo deste trabalho é discutir a utilização do jornal *Gazeta da Tarde* (RJ) como fonte histórica para a pesquisa e para o ensino de história do Brasil, com foco na conjuntura do Movimento Abolicionista. Para tanto, o estudo apresenta possibilidades de utilização dos conteúdos do periódico relacionados à luta dos negros por liberdade e outros direitos nas últimas décadas do século XIX, destacando a atuação de seus redatores, Ferreira de Menezes e José do Patrocínio, como sujeitos históricos nesse movimento. Ao longo do século XIX, jornais de diferentes províncias da chamada imprensa negra, escritos por homens negros letrados, discorriam sobre a situação do negro no Brasil, evidenciando os processos de violência da instituição escravista contra os chamados “homens de cor”. Pensando no ensino de História, o trabalho lança possibilidades para que estas temáticas sejam discutidas à luz da Lei nº 10.639/2003, propondo a construção de uma abordagem histórica mais plural. A pesquisa também aborda a possibilidade de os docentes e/ou pesquisadores utilizarem a Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional como ferramenta de acesso gratuito, explorando seu potencial como recurso de investigação histórica. Para a análise da fonte, foram mobilizados autores que trabalham a história do Brasil por meio da imprensa, a exemplo das historiadoras Maria Helena Capelato e Ana Flávia Pinto. Os resultados evidenciam que a imprensa abolicionista foi um instrumento fundamental que fortificou a mobilização política e intelectual contra a escravização humana, oferecendo possibilidades de abordagens históricas que valorizam as lutas da população negra no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa; Ensino de História; Fonte histórica; Lei nº 10.639/2003; Abolicionismo.

---

[1] Graduado em História – Licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Pós-graduando na especialização em Educação e Contemporaneidade, pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN). É professor da educação básica desde 2022. E-mail: gabrieldantas.07.gd@gmail.com

[2] Graduado e mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutor em Ciências da Educação, pela Universidade do Minho (UMinho). Pós-doutorado em Educação Profissional pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP) do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN). É professor do IFRN desde 2012 e credenciado ao PPGEP, na linha de História, Historiografia e Memória da Educação Profissional. E-mail: renato.marinho@ifrn.edu.br.

1. INTRODUÇÃO

Durante o século XIX, por meio de uma atuação organizada, sujeitos negros fizeram da imprensa um instrumento fundamental para ecoar os seus discursos contra a discriminação racial e fortalecer a luta pelo fim do regime escravista. Como problemática investigada neste trabalho, busca-se compreender de que maneira o jornal *Gazeta da Tarde (RJ)* abordou temas pertinentes aos negros livres e escravizados, evidenciando as tensões do seu cotidiano. Ademais, esta pesquisa busca investigar de que forma o jornal abolicionista pode ser utilizado como fonte para o ensino de História, à luz da Lei nº 10.639/2003, considerando seu potencial para aprofundar o conhecimento sobre o papel da população negra na construção da sociedade brasileira. Para tanto, analisa-se o papel dos redatores do periódico, Ferreira de Menezes e José do Patrocínio, como sujeitos atuantes nas lutas por liberdade contra a instituição da escravatura, assim como o papel das vítimas descritas nos relatos das páginas da *Gazeta.*

Diante disso, este trabalho tem como objetivo principal discutir a utilização do jornal impresso digitalizado *Gazeta da Tarde* (RJ) como fonte histórica para a pesquisa e para o ensino de História do Brasil, com ênfase na conjuntura do Movimento Abolicionista. O periódico utilizado como principal fonte deste trabalho está alocado no site da Hemeroteca Digital Brasileira (HDB) da Biblioteca Nacional (BN), um portal digital de periódicos. Dessa forma, dentro dos objetivos específicos, o trabalho discute a utilização da HDB da Biblioteca Nacional como ferramenta de acesso gratuito, explorando seu potencial como recurso pedagógico e de investigação histórica. Além disso, utilizando o jornal *Gazeta da Tarde* (RJ) como fonte histórica, busca-se analisar possibilidades de uso dos conteúdos do periódico relacionados à luta dos negros por liberdade, visando sua aplicação tanto na pesquisa quanto no ensino de História. Por fim, relaciona-se à abordagem do conteúdo do periódico abolicionista à Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório na Rede de Ensino brasileira o estudo de História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e a participação dos negros na formação da sociedade nacional (BRASIL, 2003).

Essa perspectiva busca valorizar a contribuição desses sujeitos na construção da História do Brasil, promovendo o ensino dessa temática de forma crítica e reflexiva, especialmente em um país multicultural e multirracial. Nesse sentido, entende-se o multiculturalismo, conforme o professor e antropólogo Kabengele Munanga (2012, p. 90), como “a existência, no seio de uma mesma sociedade, mesmo estado, nação, território geográfico, etc., de mais de uma cultura,

uma comunidade (religiosa, linguística, cultural, étnica, etc)". Destarte, embora o Brasil atual não apresente reinvindicações separatistas em seu território nacional, o autor citado ainda argumenta que as comunidades que fazem parte do multiculturalismo brasileiro "querem que suas culturas, histórias e visões de mundo sejam reconhecidas publicamente e integradas à história nacional e ao processo educacional nacional". Deste modo, o presente trabalho discute possibilidades para que o professor faça uso de fontes históricas em sala de aula, buscando aproximar os alunos do contexto do Brasil escravista do século XIX, através da análise de relatos históricos em que os pretos e pardos sejam protagonistas nas lutas por liberdades e pela abolição da escravatura.

A metodologia da pesquisa se fundamenta na análise do jornal *Gazeta da Tarde* (RJ) como uma fonte histórica, tomando como referência autores que trabalham a história do Brasil por meio da imprensa, a exemplo da historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto e, principalmente, com base na orientação metodológica sugerida pela historiadora Maria Helena Rolim Capelato. Conforme orienta Capelato, ao analisar um jornal como fonte, "ao invés de se perguntar se as ideias e informações nela contidas são falsas ou verdadeiras, procura-se antes saber: quem produziu o jornal? Para quê? Como e quando?" (CAPELATO, 1994, p. 24). O recorte temporal desta pesquisa para trabalhar a fonte-jornal vai de 1880, ano de fundação do periódico, à 1887, ano em que José do Patrocínio deixa a direção da *Gazeta da Tarde* (RJ) e muda a continuidade da sua atuação abolicionista para o jornal *Cidade do Rio* (RJ). Já o recorte espacial estudado considera o território brasileiro, com ênfase na Região Sudeste, onde se concentravam as principais notícias da *Gazeta da Tarde* (RJ) e onde os seus redatores tinham uma atuação mais destacada no debate abolicionista. Foi nesse recorte onde também localizamos um maior número de fontes alocadas no acervo da HDB da Biblioteca Nacional, identificada através da leitura da bibliografia que trata sobre essa temática e pela delimitação da pesquisa por período e local dentro do site da HDB.[3]

---

[3] Em uma live disponível no canal do Youtube da Fundação Biblioteca Nacional, Vinicius Martins, responsável pela Infraestrutura, Programas e Preservação Digital da BN Digital, apresenta um levantamento dos periódicos por local de publicação e mostra que o Rio de Janeiro é o estado brasileiro que tem o maior número de periódicos digitalizados no acervo da HDB. Vale ressaltar que até a década de 1950 o Rio de Janeiro era a capital do Brasil, o que colabora diretamente para essa quantidade de fontes. Ver: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Lives da BN – Ferramentas online: a Hemeroteca Digital Brasileira. Youtube, 28 jul. 2020. Vídeo (1h 34min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KbUWfeCywg4&t=1284s>. Acesso em: 04 fev. 2025.

2. A HISTÓRIA DO BRASIL POR MEIO DA IMPRENSA E OS JORNAIS DA IMPRENSA NEGRA DO SÉCULO XIX

O jornal impresso se configura como uma fonte de informação valiosa para a compreensão dos contextos históricos onde foi produzido. Sua análise permite a investigação de aspectos específicos de tempos passados e se revela como um recurso pedagógico eficaz para ser explorado no ensino de História. Conforme as palavras de Maria Helena Capelato, "[...] a imprensa possibilita ao historiador acompanhar o percurso dos homens através dos tempos. O periódico antes considerado fonte suspeita e de pouca importância, já é reconhecido como material de pesquisa valioso para o estudo de uma época" (CAPELATO, 1994, p. 13).

A historiografia brasileira vem se utilizando cada vez mais da imprensa como fonte de pesquisa, recorrendo principalmente aos jornais, mas esse tipo de fonte nem sempre foi bem vista pelos pesquisadores. De acordo com a historiadora Tania Regina de Luca, "Na década de 1970, ainda era relativamente pequeno o número de trabalhos que se valia de jornais e revistas como fonte para o conhecimento da história no Brasil" (LUCA, 2008, p. 111). Devido à postura dos historiadores adeptos ao positivismo do século XIX, que se valia em buscar fontes objetivas e neutras de qualquer imparcialidade, trabalhando com um certo fetichismo ao documento, os jornais eram vistos como fontes suspeitas e dotados de interesses pessoais, diferente do que a historiografia em busca de uma verdade objetiva e absoluta defendia.

A metodologia da Historiografia positivista do século XIX passou a sofrer mudanças através das contribuições da História Nova, principalmente com a terceira geração dos Annales[4] nas últimas décadas do século XX, que passou a incluir na investigação e escrita da história a interdisciplinariedade com outras áreas do conhecimento, tendo a História passado a dialogar com disciplinas como a Sociologia e Antropologia, ampliando de forma significativa a concepção de documento. Daí em diante, todo tipo de vestígio humano, "dos objetos da cultura material às obras literárias, das séries de dados estatísticos às imagens iconográficas, das canções aos testamentos, dos diários de pessoas anônimas aos jornais – podia ser agora legitimamente utilizados pelos historiadores" (BARROS, 2010, p. 94). Conforme aponta Luca,

[4] Não é objetivo desse artigo fazer uma análise detalhada sobre a historiografia da Escola dos Annales. Para mais informações, ver: BURKE, P. *A Revolução Francesa da historiografia*: a Escola dos Annales 1929-1989. Tradução de Nilo Odália. São Paulo: Editora da Unesp, 1991; BARROS, J.A. A Escola dos Annales e a crítica ao Historicismo e ao Positivismo. *Revista Territórios e Fronteiras*, Cuiabá, v.3, n.1, p. 75-102, jan./jun. 2010.

os primeiros trabalhos usando a imprensa agora como objeto, através de pesquisas da História por meio da imprensa[5], datam da década de 1970, logo, trata-se de trabalhos ainda recentes.

Tratando da imprensa negra no Brasil, campo no qual a fonte que será analisada nesse artigo se insere, as publicações dos primeiros jornais datam da primeira metade do século XIX. São jornais escritos por homens negros letrados e livres do sistema escravista, que lutavam contra a discriminação racial e defendiam os seus próprios direitos, criando espaços de debates dentro da imprensa para tratar desses e outros assuntos que permeavam o cotidiano do país naquela conjuntura. Nesse sentido, Ana Flávia Magalhães Pinto, Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas, é uma das principais referências da atualidade nesse debate. Em seu livro *Imprensa Negra no Brasil do Século XIX*, que foi resultado da sua dissertação de mestrado, a autora analisa jornais e periódicos escritos por negros em diferentes épocas e cidades, mostrando como ocorreu a luta contra a discriminação racial e quais eram as estratégias de combate a ordem escravista presentes nas páginas de jornais escritas por esses sujeitos (PINTO, 2010). A autora analisa em sua obra os jornais *O Homem de Cor ou O Mulato* (1833), *O Cabrito* (1833), *Brasileiro Pardo* (1833), *O Lafuente* (1833), *O Homem: Realidade Constitucional ou Dissolução Social* (1876), *A Pátria – Órgão dos Homens de Cor* (1889), *O Exemplo* (1899) e *O Progresso – Órgão dos Homens de Cor* (1899), todos escritos por homens pretos e pardos livres durante o século XIX, em diferentes estados, e parte destes títulos inauguraram os jornais da chamada imprensa negra no Brasil.

Nessa perspectiva, durante a análise dos periódicos citados, Ana Flávia Magalhães Pinto afirmou que o primeiro jornal dessa pauta foi o pasquim *O Homem de Cor*, que posteriormente mudou o título para *O mulato ou O Homem de Cor,* surgido no Rio de Janeiro, em setembro de 1833, escrito na Tipografia Fluminense de Francisco de Paula Brito. Confirmando a afirmação de Pinto, a historiadora Miriam Dolhnikoff (2021, p. 85), também focando no recorte da História do Brasil oitocentista, mostra que o primeiro jornal escrito por negro de que se tem registro é mesmo o título *O Homem de Cor*, do escritor Paula Brito, um homem negro letrado e livre e, ao que tudo indica, foi oriundo das classes populares e era vítima da discriminação racial do Brasil daquele contexto. Paula Brito ganhou destaque na história do Brasil pelo

[5] A historiadora elenca nesse recorte trabalhos pioneiros que se utilizaram da imprensa como objeto de estudo na historiografia brasileira, sendo eles, a tese de doutorado de Arnaldo Contier, *Imprensa e ideologia em São Paulo* (1973) e as dissertações de Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado (1974), presentes no livro *O bravo matutino* (1980), além de outros trabalhos anteriores de intelectuais que se valeram da imprensa como local de consulta de dados econômicos, políticos ou sociais. Ver: LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: *Fontes Históricas*. Org. Pinsky, Carla Bassanezi. São Paulo: Contexto, 2008, p. 117-118.

combate ao preconceito racial nas páginas do seu jornal, mas também por impulsionar a carreira de alguns literatos famosos daquele século, o principal deles, Joaquim Maria Machado de Assis, que trabalhou em sua tipografia no Rio de Janeiro. Com a divulgação das páginas de *O Homem de Cor* "A partir de então outros jornais do que se poderia chamar de imprensa negra foram publicados na capital [...]" (DOLHNIKOFF, 2021, p. 85)

Finalmente, destaca-se outro veículo de comunicação que adquiriu grande proeminência na esfera da imprensa negra, já nas décadas finais do século XIX, o jornal *Gazeta da Tarde* (RJ), fundado por José Ferreira de Menezes, no Rio de Janeiro, em 1880. Diferente de parte dos jornais citados anteriormente, a *Gazeta da Tarde* (RJ) atuou diretamente dentro do movimento abolicionista, e nas palavras da socióloga Angela Alonso, foi o "maior e o melhor de todos os jornais abolicionistas" (ALONSO, 2015, p. 129). José Ferreira de Menezes, o fundador da *Gazeta da Tarde*, nasceu livre em uma família humilde e desconhecida entre os anos de 1842 e 1845, no estado do Rio de Janeiro. Era filho do preto José Joaquim Ferreira de Menezes. Ainda jovem se mudou, junto com o seu pai, para a cidade São Paulo e Formou-se em Direito na Faculdade de Direito de São Paulo, durante os anos 1860 (PINTO, 2014, p. 13-15). Ganhado grande visibilidade em sua vida acadêmica, chegou a ser dramaturgo, crítico, e tradutor de peças de teatro, pouco depois ingressou na vida de jornalista atuando em diversos jornais. Através da sua visibilidade e da sua produção intelectual, conseguiu nesse percurso construir sua rede de sociabilidades, se aproximando de abolicionistas como Machado de Assis, Luiz Gama e José do Patrocínio (PINTO, 2014). Por meio de sua atuação direta na imprensa, passou a emitir seus posicionamentos políticos de forma mais radical, engajando-se ativamente na luta pela emancipação dos escravizados. O jornalista morreu em junho de 1881, quase um ano depois da fundação do seu jornal abolicionista.

Após o falecimento prematuro do fundador da *Gazeta da Tarde (RJ)*, em julho de 1881, o combate em prol da liberdade foi empreendido por seu fiel aliado, José do Patrocínio, o qual assumiu a direção do jornal e prosseguiu com as publicações até o ano de 1887. Patrocínio nasceu em 9 de outubro de 1853, em Campos de Goytacazes, na província do Rio de Janeiro. Foi filho do vigário João Carlos Monteiro, com uma de suas escravizadas, a jovem quitandeira Justina Maria do Espírito Santo (SILVA, 2006). Nasceu livre e teve acesso as propriedades rurais e influência do seu pai. Na adolescência, entrou em conflito com o seu pai e saiu de casa para morar no Rio de Janeiro no ano de 1868, mas ainda contando com a influência paterna, teve acesso a uma educação privilegiada, ingressando na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, de onde saiu ainda na metade do curso, mas conquistando o diploma de farmacêutico

(ALONSO, 2012, p. 40). Conquistou o seu espaço na imprensa, passando por alguns jornais conhecidos na capital do Império[6], lugares que deram voz para a sua luta abolicionista. Poucos anos depois de iniciar sua empreitada na imprensa, casou-se com Maria Henriqueta da Rosa de Senna, em janeiro de 1881, ampliando a sua rede de contatos e suas relações na corte, tanto através do seu matrimônio, como também por meio de sua atuação profissional na imprensa. Em junho de 1881, após a morte de Ferreira de Menezes, comprou a Gazeta da Tarde (RJ), um dos principais jornais abolicionistas daquela conjuntura.

Além da atuação por meio dos espaços criados na imprensa, tanto Ferreira de Menezes como Patrocínio criaram uma rede de sociabilidade para o combate ao sistema escravagista, expandindo o movimento através da articulação com outros homens negros já conhecidos na luta, como é o caso dos abolicionistas Luiz Gama, além de André Rebouças e Vicente de Souza (PINTO, 2014, p. 175). Analisando as trajetórias de Luiz Gama, Rebouças e Patrocínio, Ângela Alonso discorre que as trajetórias destes sujeitos têm em comum a estigmatização sofrida pela cor de pele, que os fez engajar fortemente no ativismo político abolicionista (ALONSO, 2012, p. 40). Isso demonstra que, no contexto da criação do jornal, durante as décadas de 1870 e 1880, havia um grupo forte e articulado na ação abolicionista. Além disso, durante esse mesmo contexto, o Brasil recebia as teorias raciais europeias adotadas pela elite intelectual branca, que colocava a mestiçagem e a "raça negra" como um problema para o país. Conforme mostrou Lilia Schwarcz (1993, p. 14), "a década de 70 é entendida como um marco para a história das ideias no Brasil, uma vez que representa o momento de entrada de todo um novo ideário positivo-evolucionista em que os modelos raciais de análise cumprem um papel fundamental". Logo, o campo se tornou ainda mais fértil para as práticas racistas e a violência contra a população negra, partindo principalmente das elites brancas do país, exigindo uma empreitada de fato muito bem articulada pelos abolicionistas negros na luta pelo fim da escravização.

Em conclusão, José do Patrocínio e Ferreira de Menezes foram vozes fundamentais na luta abolicionista, e através da *Gazeta da Tarde* (RJ) foram grandes protagonistas na defesa da cidadania e da liberdade para a população negra, influenciando o debate público por meio da imprensa abolicionista.

---

[6] De acordo com Ana Flávia Magalhães Pinto (2014), temos como exemplos os jornais *A Reforma* e *Gazeta de Notícias*. Além disso, Patrocínio frequentava as reuniões do Clube Abolicionista e Republicano de São Cristovão, engajando nestes espaços a sua luta abolicionista.

3. A HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA E O JORNAL *GAZETA DA TARDE* (RJ) COMO FERRAMENTAS PARA A PESQUISA E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Os historiadores vem se utilizando cada vez mais dos diversos recursos tecnológicos digitais em suas pesquisas. O trabalho dos historiadores e as ferramentas utilizadas estão cada vez mais imersos no meio digital, seja por meio do acesso a um website, seja através da pesquisa de uma fonte que atualmente encontra-se digitalizada, ou mesmo através da escrita de um trabalho por meio de um programa de computador.[7] Nesse contexto, os professores Eric Brasil e Leonardo Nascimento apresentam uma discussão bastante relevante no campo da História Digital e enfatizam que, "Quando um registro histórico — seja ele um manuscrito, uma carta, uma edição de jornal, uma foto, um livro etc. — converte-se, por meio de algum processo computacional, em um documento digital, ocorre aí uma mudança que dificilmente poderia ser considerada trivial" (BRASIL e NASCIMENTO, 2020, p. 201). Dessa maneira, a materialidade das informações utilizadas como fontes para elaboração de pesquisas transformou-se ao longo do tempo, tornando-se progressivamente digital e nos apresentando novas percepções. Nesse contexto, torna-se essencial para o ofício do historiador desenvolver habilidades para lidar de maneira eficiente com esses dados e com as novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

Dessa forma, uma ótima ferramenta que pode auxiliar os professores de história e demais pesquisadores durante os caminhos de suas pesquisas através da utilização de jornais como fontes é a Hemeroteca Digital Brasileira (HDB) da Biblioteca Nacional (BN), um portal que possui uma gama de fontes que podem ser acessadas de forma gratuita. A HDB[8] possibilita aos pesquisadores de qualquer local do mundo, por meio da internet, o acesso a um vasto acervo que inclui jornais, revistas e periódicos digitalizados do século XVIII ao XX. Para facilitar a investigação, o sistema disponibiliza filtros que permitem a pesquisa por "periódico", "período" e "local", incluindo ainda a busca por palavras-chave, conforme a tela apresentada a seguir:

Figura 1 – Página de busca da Hemeroteca Digital Brasileira (HDB).

---

[7] O trabalho de Eric Brasil e Leonardo Nascimento apresenta dicas e metodologias para se trabalhar de forma crítica com o uso de ferramentas digitais no campo da história. Ver: BRASIL, Eric; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. História digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, v. 33, p. 196-219, 2020.

[8] Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Acesso em: 03 mar. 2025.

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Acesso em: 10 mar. 2025.

Cada filtro apresenta um caminho para o pesquisador encontrar as informações de forma mais delimitada. A busca por "Periódico" possibilita a seleção de um jornal específico, sendo preferível para pesquisadores que desejam examinar mais detalhadamente como um jornal discute um determinado assunto como, por exemplo, os questionamentos que os jornais *O Homem de Cor* e a *Gazeta da Tarde,* ambos do Rio de Janeiro*,* fazem sobre a situação do negro no Brasil oitocentista, como também comparar diferentes periódicos dentro de um mesmo contexto histórico.

A aba "Período" permite delimitar a pesquisa dentro de um recorte temporal específico, fundamental para estudos que investigam a documentação de determinada época. O pesquisador pode selecionar um intervalo de datas, garantindo que os documentos encontrados sejam referentes ao período analisado. Essa aba é valiosa para investigações sobre questões políticas, econômicas e culturais dentro de um espaço cronológico delimitado pelo pesquisador.

Por fim, na aba "Local", é possível restringir os resultados por um recorte espacial, facilitando pesquisas sobre a história local. Essa funcionalidade é fundamental para estudos de história social e política, em estados e municípios específicos, como no caso de uma pesquisa sobre o os sujeitos que fizeram parte do movimento abolicionista no Rio Grande do Norte através do *Boletim da Sociedade Libertadora Norte Rio-Grandense* (1888), por exemplo, permitindo analisar como os acontecimentos nacionais se desenrolaram nas diversas localidades. Também é possível, nas três abas de pesquisa, incluir na busca "palavras-chave" ou uma frase exata. O pesquisador pode inserir palavras relacionadas ao seu tema de interesse, delimitando a pesquisa e obtendo informações de forma eficiente dentro do acervo da HDB.

Desse modo, o uso da HDB potencializa a pesquisa e o ensino de História, oferecendo um acervo riquíssimo de documentos acessíveis de maneira gratuita, além de expandir as possibilidades de uso da informática e das ferramentas digitais pelo público em geral, contribuindo de forma significativa para a produção acadêmica e para o aprimoramento da prática docente.

Utilizando a HDB, temos acesso ao *jornal Gazeta da Tarde (RJ)*, fonte utilizada como principal objeto nesta pesquisa e que teve grande importância durante a campanha abolicionista no Brasil imperial. O principal objetivo do jornal era o combate à escravização e às injustiças decorrentes do regime escravocrata. Conforme foi comentado na introdução, a análise do jornal foi executada levando em consideração as perguntas orientadas por Capelato (1994, p. 24): quem produziu o jornal? Como e quando? Para quê?

Já na primeira edição da folha, os redatores do jornal se apresentam como “homens do povo e advogados dos pequenos, dos perseguidos, dos que sofrem e não têm padrinhos” (GAZETA DA TARDE, 10 jul. 1880, p. 1). O jornal foi fundado pelo advogado abolicionista José Ferreira de Menezes – já citado anteriormente –, no Rio de Janeiro, em 10 de julho de 1880, e tem diversas edições no acervo da HDB, sua publicação era diária e sob a direção de José do Patrocínio durou até 1887. Logo, o jornal está inserido no contexto do movimento abolicionista dos anos 1880 e suas páginas defendem declaradamente a luta pela liberdade dos povos escravizados.

Figura 2 - Edição do jornal *Gazeta da Tarde* (RJ) destacando a imagem do seu fundador, o jornalista abolicionista Ferreira de Menezes

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=226688&pesq=&pagfis=1897. Acesso em: 10 mar. 2025.

Na edição do jornal do dia 19 de janeiro de 1881, uma coluna intitulada *Feudalismo Escravocrático* foi localizada através da busca pela palavra-chave "escravidão", onde o jornal critica intensamente a instituição (GAZETA DA TARDE, 19 jan. 1881, p. 1). O autor da coluna cita as províncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, como sistemas escravagistas opressores lideradas por "usurpadores de terras" e "exploradores da mísera raça africana" que entristece as famílias brasileiras. A crítica continua, opondo os abolicionistas aos escravocratas:

> Todos os espíritos benévolos estão com os Abolicionistas; todos os espíritos malévolos, todos os que dividem a humanidade em duas partes - uma destinada ao gozo e outra condenada ao sofrimento; — todos os teocratas, todos os aristocratas, todos os monopolizadores, todos os exploradores da ignorância e da fraqueza de seus semelhantes, são escravocratas confessos ou mais ou menos disfarçados. (GAZETA DA TARDE, 19 jan. 1881, p. 1).

O texto continua fazendo referência a outros contextos e criticando o cativeiro. Em síntese, a coluna denuncia a escravização humana como um sistema de opressão comparado ao feudalismo medieval, e insere a luta abolicionista contraposta ao conservadorismo dos que defendem a manutenção do sistema.

Em outra edição do jornal, do dia 16 de junho de 1883, encontra-se um pedido de "providências enérgicas" para à polícia interferir em um caso de abuso partindo de um senhor contra a sua escravizada que era castigada constantemente de forma violenta. O caso ocorreu na praia Formosa, no Rio de Janeiro, e o jornal expressou sua opinião emitindo críticas aos senhores de escravos brasileiros e a polícia, "Estamos todos os dias a verberar umas almas más que desconhecem todos os princípios da humanidade, flagelando os seus irmãos com castigos bárbaros. Para que há um subdelegado na praia Formosa? Mecha-se, senhor!" (GAZETA DA TARDE, 16 jun. 1883, p. 2).

Em ambos os episódios descritos o posicionamento do jornal é de denúncia contra à escravatura na conjuntura da segunda metade do século XIX. Era dessa forma que os abolicionistas da *Gazeta da Tarde* (RJ) narravam o cotidiano do Brasil escravista e buscavam combater a ordem racial imposta. As críticas são direcionadas tanto à estrutura do sistema em geral, como no caso da primeira notícia, como também à agentes do Estado, como no caso da polícia presente na segunda notícia. Nesta última, nota-se o pedido de providências contra as arbitrariedades sofridas por uma mulher que, embora estando na situação de escravizada,

merecia que seus princípios humanitários fossem respeitados, esse tipo de movimentação que buscava expor os exageros impostos aos povos escravizados foi algo bastante comum nas páginas da Gazeta.

O professor de História durante o planejamento de suas aulas pode se utilizar desta fonte e propor atividades ou discussões baseando-se nessas temáticas. Utilizando os dois principais redatores dos jornais como sujeitos do movimento abolicionista, os jornalistas Ferreira de Menezes e José do Patrocínio, os alunos podem ser questionados após a leitura da fonte durante a aula: qual é a perspectiva apresentada no jornal em relação à escravização humana? A quem se destinava as críticas feita durante as denúncias? De onde partiam? Quem eram os responsáveis pela fiscalização da escravização de pessoas na época? Como as autoridades policiais reagiam a estas denúncias? São questionamentos que podem ser feitos em sala de aula para estimular a reflexão dos alunos usando como base os trechos da *Gazeta da Tarde* (RJ). Utilizando o tempo presente como ponto de partida, o professor também pode sugerir um debate sobre a permanência do racismo e da desigualdade social na atualidade, questionando se há uma devida punição e um enfrentamento efetivo por parte do Estado brasileiro nessa causa. Além disso, pode-se analisar as manchetes dos jornais atuais que abordam casos de racismo.

Outrossim, prossigamos examinando mais casos. *A Gazeta da Tarde* (RJ) também publicava notícias sobre a escravização atlântica presentes em outros jornais, fazendo comparações com a luta dos abolicionistas redatores da *Gazeta* no Rio de Janeiro. Em uma edição de maio de 1881, a *Gazeta da Tarde* (RJ) repostou um relato do jornal *O Arauto de Minas* (MG), que apresentava um contexto onde o imperador D. Pedro II encontrava-se pela região de Minas Gerais. Nessa edição encontramos uma notícia apresentando um episódio em que uma escravizada reagiu de forma violenta à uma situação onde ela seria vendida pelo seu senhor. Segue a transcrição do trecho:

> Ao passarmos hoje pela cadeia, no corpo da guarda, triste e horripilante espetáculo prendeu a nossa atenção. Agrupados em torno de uma escrava, por nome Rosa, se achavam três filhos seus de 6, 8 e 10 anos de idade, cobertos de sangue e com profundos golpes no pescoço, estando a própria escrava também no mesmo estado. Tudo isto foi praticado por essa preta, que desconfiada de que seu senhor a queria vender, intentou dar cabo dos filhos, suicidando-se também; não conseguindo, porém, o desesperado fim, por não estar afiada a faca de que se serviu. Tudo isso foram episódios da festa imperial preparada pelos fazendeiros escravocratas da terra de Tiradentes... E toque-se o hino! (GAZETA DA TARDE, 6 mai. 1881, p. 1).

Nesse sentido, de acordo com o historiador Sidney Chalhoub, “para os negros, o significado da liberdade foi forjado na experiência do cativeiro; e, sem dúvida, um dos aspectos

mais traumáticos da escravidão era a constante compra e venda de seres humanos" (CHALHOUB, 2011, p. 29). Ao que tudo indica, não aceitando a situação de ser vendida e correndo o risco de ser separada dos seus filhos, a escravizada Rosa resolveu interferir nos negócios de maneira bastante trágica, tentando tirar a vida dos seus filhos e buscando executar o próprio suicídio para não ser vendida. Veremos um outro caso encontrado nas páginas do jornal abolicionista, dessa vez terminando de maneira fatal, onde é possível traçar algumas comparações,

> [...] na tarde de 15 do corrente [ano de 1882], um escravo de nome Pedro, do Sr. Manoel Rodrigues de Souza, sendo conduzido da cadeia para a fazenda de seu senhor, ao chegar na ponte denominada -Bento Dias, se atirou-se ao rio e submergiu, antes que fosse possível tentar qualquer meio de salvação. O infeliz preto ia algemado e, nestas condições, ainda que quisesse, não conseguiria por si próprio lutar mais pela vida. É mais uma vítima do tratamento carinhoso e paternal que recebem nas fazendas os escravos. (GAZETA DA TARDE, 27 mai. 1882, p. 2).

Conforme aponta a notícia transcrita, o escravizado Pedro era oriundo de uma fazenda, e saíra a pouco tempo da cadeia, é possível que tenha se rebelado contra alguma situação ocorrida anteriormente e, após a saída da prisão, tentou confrontar a sua condição de escravizado fugindo do seu senhor. Nesse sentido, Chalhoub (2011, p. 29) aponta que "os negros tinham suas próprias concepções sobre o que era o cativeiro justo, ou pelo menos tolerável: suas relações afetivas mereciam algum tipo de consideração; os castigos físicos precisavam ser moderados e aplicados por motivo justo [...]". Nas duas últimas notícias aqui apresentadas, observa-se a situação de escravizados que, cientes das condições do que era justo ou não dentro de suas condições de cativos, tentaram confrontar diretamente a ordem. No primeiro caso, observou-se que a escravizada Rosa tentou interferir nos negócios da escravização, de forma quase que fatal para ela e para os filhos, enquanto que no segundo caso encontra-se a situação de Pedro, que preferiu fugir do seu senhor ao invés de continuar na condição de cativo preso em uma fazenda.

As duas situações descritas nas notícias abrem possibilidades para o professor de História discutir temáticas baseadas nas resistências à escravatura, colocando os sujeitos escravizados dessas histórias como os principais agentes dos acontecimentos. Nas duas situações encontramos ações de indivíduos que negaram a ordem escravista, mesmo colocando a sua vida em jogo nessas tentativas. Pode-se acrescentar nesse debate o sentido de liberdade para as pessoas em condições de escravização de acordo com a orientação presente no livro *Visões da Liberdade*:

> A liberdade pode ter representado para os escravos, em primeiro lugar, a esperança de autonomia de movimento e de maior segurança na constituição das relações afetivas. Não a liberdade de ir e vir de acordo com a oferta de empregos e o valor dos salários, porém a possibilidade de escolher a quem servir ou de escolher não servir a ninguém. (CHALHOUB, 2011, p. 98).

Dando continuidade, analisaremos um outro aspecto do sistema escravocrata brasileiro constantemente denunciado pela *Gazeta da Tarde* (RJ): a redução de pessoas livres à escravizadas. De acordo com o que observa Sidney Chalhoub em um trabalho recente, ao analisar fontes prisionais, policiais e processos cíveis de liberdade, o historiador apontou que "a liberdade era experiência arriscada para os negros no Brasil do século XIX, pois tinham a sua vida pautada pela escravidão, pela necessidade de lidar amiúde com o perigo de cair nela, ou voltar para ela" (CHALHOUB, 2012, capítulo 1). Vale lembrar ainda que a maioria dos escravizados que chegaram ao Brasil após o ano de 1831 já se encontravam na condição de escravização ilegal (PINTO, 2014, p. 190).

Nesse sentido, na segunda metade do século XIX a *Gazeta da Tarde* (RJ) também combateu o ataque aos direitos das pessoas negras livres ou libertas, que acabavam caindo nas armadilhas da escravização. Em janeiro de 1881 observa-se no jornal abolicionista à denúncia enviada por Antonio Borges que pediu apoio ao jornal para a divulgação do caso, apontando a situação de diversos negros livres que se encontravam reduzidos ilegalmente à escravização em vários locais da província de Minas Gerais. Conforme a denúncia, os indivíduos eram livres "por descenderem de uma preta livre de nome Maria, que foi iludida por Antonio Joaquim dos Santos e mulher, na cidade de Pitanguy, província de Minas" (GAZETA DA TARDE, 15 jan. 1881, p. 1).

O casal levou a preta para Alfenas, onde ela e seus descendentes foram forçadamente escravizados. Antes de morrer, o senhor Santos confessou o crime e tentou corrigir o erro, mas sua esposa negou a autenticidade da informação, impedindo que os descendentes da preta Maria fossem livres. O texto inclui mais detalhes, e o autor também menciona que Luiz Gama, advogado e abolicionista, "está habilitado a dar minuciosas informações a respeito, visto que está bem orientado acerca deste assunto, sendo por intermédio dele que levei ao conhecimento do governo provincial o que fica exposto" (GAZETA DA TARDE, 15 jan. 1881, p. 1). Dessa forma, a denúncia mostra que escravização ilegal ainda era uma prática muito comum no Brasil no final do século XIX e, muitas vezes, era realizada pelo próprio império, conforme apontou Chalhoub em sua pesquisa:

> Os cárceres imperiais estavam normalmente cheios de negros detidos sob suspeita de que fossem escravos, de andarem fugidos. A detenção poderia durar pouco, na hipótese de o senhor se apresentar logo para "reclamar" a sua propriedade, de o escravo prestar informações corretas para a localização do proprietário, de o negro conseguir acionar padrinhos e mostrar documentos que provassem a sua liberdade, se fosse livre ou liberto. (CHALHOUB, 2012, capítulo 9).

Nesse sentido, esse é mais um ponto sobre a escravização oitocentista que pode servir de base para o historiador que pretenda usar a Gazeta como fonte histórica. Diversas notícias de pessoas reduzidas à condição de escravizados, com conivência do Estado e/ou de famílias poderosas são destaques nas páginas do jornal[9]. Ademais, destaca-se a atuação dos Abolicionistas Luiz Gama e José do Patrocínio, neste recorte específico, contra estas injustiças, e a importância da imprensa negra na divulgação dessa luta movimentando a opinião pública.

Conforme passava a década de 1880 e a escravatura parecia cada vez mais chegar aos seus anos finais, a *Gazeta da Tarde* (RJ) também publicava as notícias de escravizados alforriados pelos seus senhores, reconhecendo as suas ações e mobilizando práticas semelhantes por parte da elite escravocrata daquela conjuntura. Temos como exemplo a coluna "Crônica do Bem", de 1883. Citando a senhora Leocadia, a folha apresenta que a Dona "restituiu a liberdade, sem ônus algum, a sua escrava Paulina, de 15 anos de idade. Muito bem; para estas ações estão reservadas as bençãos da humanidade" (GAZETA DA TARDE, 15 mar. 1883, p. 2); abraçando a ação da antiga proprietária da jovem recém liberta.

Destarte, através das notícias divulgadas pela folha abolicionista é possível o pesquisador compreender que a imprensa atuou como ferramenta de denúncia no movimento abolicionista, sob a direção dos abolicionistas negros discutidos nesta pesquisa. Através dessas lutas noticiadas, concordamos com a citação de Chalhoub ao afirmar que as ações dos povos escravizados ocorreram "de acordo com lógicas ou racionalidades próprias, e seus movimentos estiveram sempre firmemente vinculados a experiências e tradições históricas particulares e originais" (CHALHOUB, 2011, p. 318). Nesse sentido, os cativos – como também os livres e libertos – não agiram de forma passiva durante a ordem escravista, eles foram sujeitos históricos que travaram ações de resistências dentro de suas possibilidades.

---

[9] Ver as seguintes edições: *Gazeta da Tarde*, 10 de novembro de 1880, p. 2; *Gazeta da Tarde*, 6 de outubro de 1884, p. 1; *Gazeta da Tarde*, 9 de junho de 1885, p. 1.

4. O JORNAL COMO UMA POSSIBILIDADE DE EFETIVAÇÃO DA LEI Nº 10639/2003 NA SALA DE AULA

A lei 10.639/2003 tornou obrigatório nas escolas de ensino fundamental e médio o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, determinando no conteúdo programático do currículo oficial da Rede de Ensino brasileira o estudo da História da África, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, recuperando a importância da população negra na construção da História do Brasil.[10] Nesse sentido, entendemos que a legislação tem grande importância na inclusão de pretos, pardos, indígenas, e outros grupos étnicos na construção da história nacional. Embora as conquistas e avanços na legislação sobre as questões étnico-raciais sejam relativamente recentes para a nação e a aplicação efetiva da lei ainda enfrente desafios (PETIT, 2016), estas conquistas representam passos significativos no combate ao racismo e à discriminação. Além disso, elas contribuem para a ampliação do currículo escolar brasileiro, que durante tanto tempo negligenciou a participação de africanos e afrodescendentes nas esferas social, econômica e política da história do país. Em consonância com o pensamento do historiador Ki-Zerbo (2010, p. 32), organizador do primeiro volume da coleção *História Geral da África,* financiada pela Unesco, a história do continente africano durante muito tempo foi encoberta e mascarada, "pela ignorância e pelo interesse". Nesse sentido, o historiador aponta que:

> Abatido por vários séculos de opressão, esse continente presenciou gerações de viajantes, de traficantes de escravos, de exploradores, de missionários, de procônsules, de sábios de todo tipo, que acabaram por fixar sua imagem no cenário da miséria, da barbárie, da irresponsabilidade e do caos. (KI-ZERBO, 2010, p. 32).

Dessa forma, evidencia-se que essa imagem negativa da África contribuiu de forma decisiva para o silenciamento da contribuição dos africanos e dos próprios afrobrasileiros na construção da história do nosso país. Com isso, torna-se fundamental a efetivação prática da lei 10639/03 nas escolas brasileiras do ensino básico, observando que, "a inclusão do conteúdo

---

[10] A legislação avançou em 2008 através da aprovação da Lei nº 11.645/2008, ampliando essa abordagem ao incluir também a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Indígena no currículo oficial da rede de ensino do Brasil. Ver: BRASIL. *Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008***.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 03 mar. 2025.

prescrito na referida Lei favorece a construção da imagem positiva e um novo olhar sobre a história afro-brasileira e africana e eleva a autoestima dos(as) alunos(as) negros(as)" (SIQUEIRA; DIAS; AMORIM, 2020, p. 632), além de contribuir para "tornar os(as) alunos(as) não negros(as) conscientes da existência de um lado da história que por séculos nos foi negada". Em síntese, através da educação podemos incluir narrativas históricas que valorizem as raízes africanas da sociedade brasileira dando espaço para múltiplas experiências negras. Nesse contexto, a utilização de fontes históricas em sala de aula, como o jornal Gazeta da Tarde (RJ), pode ser um instrumento eficaz para desenvolver uma abordagem crítica e reflexiva sobre o movimento abolicionista brasileiro.

O jornal *Gazeta da Tarde* (RJ) sob a direção dos abolicionistas Ferreira de Menezes e José do Patrocínio teve grande destaque ao denunciar as injustiças contra negros livres e escravizados, oferecendo um material valioso para a pesquisa e para o ensino de história sob uma abordagem étnico-racial. Com seu posicionamento abertamente abolicionista, utilizar o jornal pode ser uma estratégia fundamental para o ensino de história a luz da Lei nº10.639/03, visto que possibilita a valorização das lutas e narrativas negras, destacando a participação dos afrodescendentes na construção da História do Brasil. Sua utilização em sala de aula pode promover reflexões sobre lutas, resistências, cidadania e possibilita o combate ao racismo por meio da educação.

Conforme aponta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, no que tange a importância do reconhecimento da comunidade afrobrasileira na educação, esse reconhecimento, dentre outras formas, é também "valorizar, divulgar e respeitar os processos históricos de resistência negra desencadeados pelos africanos escravizados no Brasil e por seus descendentes na contemporaneidade, desde as formas individuais até as coletivas" (BRASIL, 2004, p. 12). Seguindo esta lógica, é preciso reconhecer que a resistência negra não é um fenômeno apenas do passado, mas uma prática que permanece na contemporaneidade, então é preciso garantir que a história dos povos negros como protagonistas de sua própria trajetória seja ensinada nas escolas. Assim, o ensino de História através da utilização do jornal *Gazeta da Tarde* (RJ) como fonte histórica não apenas enriquece o ensino, mas também reforça o compromisso com uma educação antirracista, alinhada aos objetivos estabelecidos pela Lei nº 10.639/03.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização da *Gazeta da Tarde* (RJ) como fonte histórica possibilita que os estudantes tenham acesso ao período abolicionista brasileiro por meio de documentos da época. Conforme observou a professora de História da Universidade Federal do Paraná, Maria Auxiliadora Schmidt, é fundamental que o professor inclua o discente como um agente que participe da construção do conhecimento histórico, buscando "ensinar o aluno a adquirir as ferramentas de trabalho necessárias; o saber-fazer, o saber-fazer-bem, lançar os germes histórico" (SCHMIDT, 2004, p. 57). O historiador deve mostrar caminhos através de ferramentas de trabalho, para que o aluno conheça os diferentes pontos de vista da história de maneira crítica e reflexiva. Logo, convém pontuar que por meio da utilização de fontes históricas na sala de aula, com o jornal sendo uma das possibilidades, é possível colocar em prática o processo de ensino-aprendizagem desenvolvendo no aluno uma visão mais crítica sobre o passado e o presente.

Faz-se importante dizer que a abordagem das lutas por liberdade por meio dos jornais da imprensa negra possibilita reconhecer o protagonismo negro na luta contra a escravização, articulando a valorização da história afro-brasileira na pesquisa e no contexto educacional. Nesse sentido, esta pesquisa contribuiu para o fortalecimento de abordagens históricas que valorizam a luta de indivíduos negros, letrados ou não, no Brasil, fortificando a importância da Lei nº 10.639/03 na construção de uma abordagem mais plural. Nessa perspectiva, convém pontuar que a *Gazeta da Tarde* (RJ) se apresenta como uma fonte primária fundamental para o ensino de História, possibilitando sua utilização em sala de aula como um instrumento para a efetivação dos objetivos da Lei nº 10.639/03, dando maior visibilidade ao protagonismo negro na construção da sociedade brasileira. O periódico torna possível que estudantes, pesquisadores e/ou professores analisem a atuação de intelectuais negros do século XIX, como Ferreira de Menezes e José do Patrocínio, permitindo a reconstrução de trajetórias históricas que por tanto tempo foram desvalorizadas. A pesquisa também demonstrou que a Hemeroteca Digital Brasileira da BN pode ser utilizada como uma importante ferramenta acessível e gratuita para o estudo da imprensa do século XIX, possibilitando a construção de pesquisas e o desenvolvimento de atividades no ensino básico.

Em suma, em meio à ordem escravista do século XIX, essas fontes apresentam afro-brasileiros que lutaram e criaram redes de sociabilidade para dar visibilidade as suas pautas e seus projetos, emitindo suas opiniões e questionando a situação do negro no país. Estas páginas

circulavam nos diferentes espaços da então capital do Brasil e, conforme observou Ana Flávia Magalhães Pinto, os jornais da imprensa negra oitocentista "existiram não no subterrâneo da história, mas nas ruas, casas, tipografias, em lugares públicos e privados da cidade do Rio de Janeiro, a cidade negra. Essas características lhes conferem grandeza" (PINTO, 2010, p. 52). Aglutinados em torno da imprensa, esses sujeitos, não brancos e livres, tiveram protagonismo no avanço para as liberdades que foram conquistadas ao longo dos séculos XIX e XX, escancarando as injustiças em torno da ordem escravista.

Por fim, como sugestão para estudos futuros, propõe-se uma ampliação da investigação por meio da pesquisa de outros jornais abolicionistas do período oitocentista, permitindo um maior cruzamento das fontes e uma análise mais aprofundada das redes de sociabilidade que os abolicionistas discutidos neste trabalho construíram em seus projetos, buscando propiciar também a construção de novas propostas pedagógicas que permitam inserir essas fontes e os debates em defesa da liberdade no ensino básico das escolas brasileiras, valorizando o ensino da história afro-brasileira.

FONTE

Gazeta da Tarde (RJ) – 1880 a 1887.[11]

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas*: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88). Editora Companhia das Letras, 2015.

ALONSO, Angela. Triangulo negro da abolição. In: *Revista Ciência Hoje*. nº 292 (maio) 2012

BARROS, J.A. A Escola dos Annales e a crítica ao Historicismo e ao Positivismo. *Revista Territórios e Fronteiras*, Cuiabá, v.3, n.1, p. 75-102, jan./jun. 2010.

[11] A consulta das edições do jornal foi realizada na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Acesso em: 08 abr. 2025.

BRASIL, Eric; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. História digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, v. 33, p. 196-219, 2020.

BRASIL. *Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008***.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 03 mar. 2025.

BRASIL. *Ministério da Educação (MEC)*. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Parecer CNE/CP 3/2004, de 10 de março de 2004

BRASIL. *Presidência da República*. Lei nº 10.639. Brasília, Diário Oficial da União, 10 Jan. 2003.

BURKE, P. *A Revolução Francesa da historiografia*: a Escola dos Annales 1929-1989. Tradução de Nilo Odália. São Paulo: Editora da Unesp, 1991.

CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 2 edição, 1994.

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão*: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. Livro digitalizado (não paginado).

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade:* uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DOLHNIKOFF, Miriam. *História do Brasil Império*. 1. ed, - São Paulo: Contexto, 2021.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Lives da BN – Ferramentas online: a Hemeroteca Digital Brasileira. Youtube, 28 jul. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=KbUWfeCywg4&t=1284s. Acesso em: 04 fev. 2025.

KI-ZERBO, J. *História geral da África*. Metodologia e pré-história da África. Introdução Geral. 2a ed. – rev. – Brasília: UNESCO, 2010.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: *Fontes Históricas*. Org. Pinsky, Carla Bassanezi. São Paulo: Contexto, 2008.

MUNANGA, Kabengele. Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso? *Revista da ABPN*, vol. 4, n. 8, p. 06 – 14, 2012.

PEREIRA, Márcia Moreira; DA SILVA, Maurício Pedro. *Percurso da lei 10639/03*: antecedentes e desdobramentos. Linguagens e Cidadania, 2012.

PETIT, Sandra Haydée. Práticas pedagógicas para a lei nº 10.639/2003: a criação de nova abordagem de formação na perspectiva das africanidades. *Educação em Foco*, 2016, p. 657-684.

PINTO, Ana Flavia Magalhães. *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. 1. ed. São Paulo: Selo Negro, 2010. v. 1. 184p .

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Fortes laços em linhas rotas*: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX. 2014. 326 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. A formação do professor de História e o cotidiano da sala de aula. In: BITTENCOURT, Circe. (org.) *O saber histórico na sala de aula*. 9ª. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São paulo: companhia das Letras, 1993.

SIQUEIRA, Y. P. DIAS, I. A. D. S. AMORIM, C. Formação em Educação das Relações Étnico-Raciais: dialogando sobre práticas educativas. *REVISTA ELETRÔNICA PESQUISEDUCA*, v. 12, n. 28, p. 628-647, 2020.

SILVA, Ana Carolina Feracin da. *De "papa-pecúlios" a tigre da abolição*: a trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX. 2006. 230p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.